

ATA DA 404ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos nove dias do mês de janeiro do ano dois mil e quinze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Defensor Público-Geral do Estado, Rafael Valle Vernaschi. Presentes os/as Conselheiros/as: Alexandre Orsi Netto, Bruno Diaz Napolitano, Horácio Xavier Franco Neto, Kathya Beja Romero, Pedro Antonio de Avellar, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Alderon Pereira da Costa, e Representando a Apadep, Franciane de Fátima Marques. Ausentes justificadamente os Conselheiros Bruno Ricardo Miragaia Souza e Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Presidente iniciou a sessão às 09h47min, felicitando os Defensores Públicos, Servidores e Estagiários pelo novo ano que se inicia, e desejou que a Defensoria Pública se fortalecesse cada vez mais. Celebrou o aniversário da Defensoria Pública pelo seu novo aniversário, e mencionou ser uma data muito especial e simbólica para lembrarem todo o processo de articulação da sociedade civil da criação da instituição, que desde 2006 vem prestando assistência jurídica gratuita com qualidade. Ressaltou que a Defensoria tornou-se uma referencia nacional, como modelo de instituição aberta e democrática. Parabenizou todos os Defensores, Servidores e Estagiários pelo trabalho realizado nos plantões durante o recesso do Poder Judiciário. Enalteceu a organização da Primeira e da Segunda Subdefensorias no controle das atividades, que pela primeira vez tiveram um suporte permanente e contínuo dos Agentes e Oficiais, demonstrando um grande avanço, pois prestaram um suporte necessário aos Defensores, de modo que pudessem executar a sua atividade. Mostrou a importância de consolidar o modelo de atuação permanente dos servidores nos plantões judiciais, viabilizando o pagamento aos servidores. Por fim, comunicou que no final do ano passado havia sido dada a decisão, após o julgamento dos Embargos de Declaração, apresentada pelo Procurador-Geral do Estado, a respeito da Previdência Complementar, e citou que teve consolidado a decisão de que o sistema da Prevcom passa a atingir os Defensores que ingressaram na carreira após 23 de junho de 2014. Informou que a Defensoria Geral havia entrado em contato com a Prevcom e SP-Prev visando articular sobre a melhor forma de efetuar o pagamento parcelado referente ao período que não houve o recolhimento pelos Defensores, apenas aos que optaram pela previdência complementar. Após, passou-se as Comunicações da Secretaria, que justificou a ausência do Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia e do Conselheiro Augusto Guilherme Amorim em razão de férias. Informou sobre a distribuição dos relatores e os revisores dos Concursos de Promoção, relativos ao ano de 2013 e 2014. Com relação ao concurso do Nível IV para o Nível V relativo ano de 2013, informou que havia sido designado o relator o Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa e o revisor o Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. Com relação ao Nível II para o Nível III, relativo ano de 2014, havia sido designado como relator a Conselheira Kathya Beja Romero e como revisor o Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. No que tange ao Nível III para o Nível IV, relativo ano de 2014, havia sido designado o relator o Conselheiro Pedro Antonio de Avellar e como revisor o Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. Por fim, com relação ao Nível IV para o Nível V, relativo ano de 2014 ficou como relator o Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira e como revisor o Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. Após, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à Coordenadora da Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Estado, Erica Meireles. Ela agradeceu a todos pelas lutas vitoriosas, e desejou que ao ano novo, fosse repleto de novas conquistas salariais e desejou também outras revisões na lei dos servidores. Lamentou o falecimento do Oficial Leonardo Mendonça de Oliveira, que atuava na Regional Criminal da Barra Funda, e agradeceu o todo o trabalho prestado por ele. Relatou que a entidade de classe publicará uma nota de pesar e sugeriu que a Defensoria Geral faça o mesmo, via mensageria oficial. O Presidente lamentou o falecimento do servidor, e mencionou que a Defensoria Geral enviou uma nota de pesar, e através do Departamento de Recursos Humanos está disposição para ajudar os familiares no que for possível. Não havendo mais inscritos ao momento aberto, o Presidente abriu a palavra aos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Alexandre Orsi solicitou o envio do e-mail informativo à carreira sobre a abertura de prazo aos concursos de

promoção. O Conselheiro Horácio Xavier acompanhou o pedido. O Conselheiro Alexandre Orsi indagou sobre a publicação da lista de antiguidade em relação ao concurso de 2015, nos termos do cronograma aprovado pelo Conselho Superior, previsto na Deliberação CSDP nº 244/12. O Presidente respondeu que, todas as listas de antiguidade foram publicadas na Imprensa Oficial, e apenas o certame de promoção relativo ao ano de 2013, nível IV para o nível V, teve um informativo encaminhado pelo órgão da comunicação para a divulgação, e informou que os demais serão encaminhados através de comunicado, em breve. A Corregedora-Geral, Kathya Beja também parabenizou a instituição pela comemoração de nove anos da criação, e desejou um ano de muita serenidade e perseverança para enfrentar os desafios que surgirem. A Representante da Apadep, Franciane Marques desejou um bom início de ano, e almejou que este ano seja muito profícuo na carreira dos Defensores Públicos, na questão remuneratória e legislativa. Acompanharam as felicitações os Conselheiros Alexandre Orsi, Alderon Costa, Luiz Eduardo, Luis Gustavo e Bruno Napolitano. A Representante da Apadep, Franciane Marques comunicou que, na última quinta-feira, a entidade de classe havia comemorado os nove anos de Defensoria com uma confraternização. Solicitou a presença dos Defensores na Assembléia Geral Extraordinária da Associação Nacional de Defensores Públicos, seguida por palestras da Escola Nacional dos Defensores Públicos do Brasil, nos dias vinte e nove e trinta de janeiro, para discussão da Emenda Constitucional 80/94. Lembrou que a Edepe estará dando suporte neste evento, pois no dia vinte e nove haverá reuniões e no dia trinta palestras. Nesse sentido, solicitou a antecipação da sessão a ser realizada no dia 30 de janeiro pelo Conselho Superior. Sugeriu que os Conselheiros, antes de deliberarem sobre os processos constantes em pauta, encaminhassem os votos com antecedência, de modo que facilitasse o acompanhamento, leitura e o entendimento dos votos. Sugeriu também a publicação do calendário do Conselho Superior referente ao ano de 2015. O Presidente respondeu que concordava com a antecipação dos votos, no entanto, ponderou que a divulgação deve ser cautelosa, visando que os votos não se tornassem públicos, antes da sessão, sob pena de prejudicar a discussão e a prerrogativa do próprio relator de alterar seu voto até a apresentação ao Conselho. A Representante da Apadep, Franciane Marques informou que havia sido questionada sobre ação de um grupo de associados referente aos quinquênios, que não teria sido cumprida ainda. Nesse sentido, indagou como estava o acompanhamento. O Presidente informou que houve uma série de mal entendidos, e reiterou os informes prestados em Sessões anteriores, no sentido de que a ação é contra a fazenda e não a contra a Defensoria Pública, assim a instituição cumprirá a determinação, mas precisa que a Fazenda comunique oficialmente da decisão. Informou que a administração já havia entrado em contato com o setor responsável da Procuradoria do Estado para agilizarem a notificação oficial, e aguarda o retorno para cumprimento. A Representante da Apadep, Franciane Marques informou que havia recebido fotos do Fórum de Guarulhos que mostravam rachaduras com vazamento de água, nesse sentido, indagou sobre a atuação da Coordenadoria Geral de Administração. O Segundo Subdefensor, Bruno Napolitano informou que a sede tem previsão para mudar-se no início de 2015. Informou também que o novo prédio está em fase final de acabamento, e que os Defensores Públicos contarão com uma estrutura bem melhor do que a sala do fórum que atualmente ocupam. A Representante da Apadep, Franciane Marques observou que, quando da revisão da Deliberação CSDP 109/08 pela Deliberação CSDP nº 286/13, a gratificação do plantão em juizado especial, não havia sido incluída a participação nesta atividade, gerando prejuízo aos Defensores Públicos que estão atuando no Juizado do Torcedor. Informou que há reclamações de Defensores Públicos que relatam que o Departamento de Recursos Humanos não efetuava o pagamento desta gratificação sob a justificativa da ausência expressa na deliberação. Considerou que o entendimento é equivocado, pois o juizado do torcedor é tão complexo como qualquer outro plantão. O Terceiro Subdefensor, Luis Gustavo Fontanetti explicou que a deliberação 109/08, que regulamentava os plantões nos Juizados Especiais havia sido revogada pela deliberação 286/13, pois tratava de plantões que eram realizados após as 18h nas sedes dos Juizados que ficavam fora dos Fóruns. Elucidou que foi revogado, pois apenas duas Unidades faziam esses plantões, citando as Unidades de Araraquara e Jaú, e apontou que o Tribunal de Justiça havia alterado o horário desses plantões, inviabilizando o pagamento dos plantões. Considerou que, diante da ausência de regulamentação, poderia haver uma proposta de alteração na deliberação, visando fazer menção expressa e regular de forma definitiva a

situação. A Representante da Apadep, Franciane Marques interpretou que a gratificação no Plantão do Juizado do Torcedor deve ser paga como no caso de plantão judiciário. Pontuou que muitos colegas estão trabalhando até duas horas da manhã e não estão recebendo por isso. Por fim, se colocou a disposição, no caso de uma alteração na deliberação. Com relação ao recesso forense, o Segundo Subdefensor Público-Geral, Bruno Napolitano agradeceu a todos os envolvidos, especialmente o quadro de apoio da instituição, que engloba os servidores e estagiários. Lembrou que, durante todo o recesso, a Segunda e Terceira Subdefensorias atenderam todas as solicitações, que emergiu um grande esforço, visando oferecer o suporte para comportar a demanda de forma necessária. Avaliou que o resultado foi satisfatório, após longos diálogos com os Coordenadores das Unidades e debates prévios. Mencionou dois acontecimentos emblemáticos durante o recesso. Sinalizou que o primeiro tratava-se do plantão de primeira instância, onde os Defensores e Servidores trabalharam com muitas dificuldades em razão dos muitos flagrantes que chegavam tardiamente, mas citou que após uma organização, foi possível diluir a demanda e garantiu-se um equilíbrio até o fim do recesso. Relatou que o segundo caso tratava-se de uma Juíza do Fórum de São Bernardo do Campo havia proibido a entrada de funcionários da prestadora de serviços de internet, visando reparar o sinal de internet para a Defensoria Pública. Informou que, após intervenção junto ao Tribunal de Justiça, houve ordem para que o acesso fosse liberado. Avaliou que, dentro do possível, as demandas recebidas foram resolvidas num breve período. Por fim, colocou a Segunda e Terceira Subdefensorias à disposição para esclarecer qualquer dúvida sobre o plantão no recesso forense, e está aberto a sugestões de melhorias, que embasarão uma proposta de aperfeiçoamento do serviço neste período. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira elogiou o trabalho realizado durante o recesso. Relatou que havia visitado o Fórum da Barra Funda e o Núcleo da Infância e Juventude. Destacou a importância do manual de atendimento para atuação, o qual foi elaborado na área da Infância e Juventude. Assim, mostrou a necessidade de viabilizar a possibilidade de familiares dos adolescentes conversarem com os Defensores. Sugeriu uma melhor estrutura de trabalho aos Agentes do Centro de Atendimento Multidisciplinar, pois em alguns casos não havia privacidade no atendimento, e indagou a Segunda Subdefensoria sobre a real necessidade da presença deles nos plantões, pois se notou a ociosidade de tais servidores durante o recesso. O Conselheiro Luiz Eduardo também elogiou a organização dos trabalhos durante o recesso, e expôs que a estrutura desenvolvida melhorou muito com o auxílio dos Oficiais, relatando que as peças processuais eram encaminhadas prontas. Apontou a necessidade de continuar refletindo sobre algumas dificuldades, citando a atuação em Segunda Instância, com a repulsa de Desembargadores com relação a pedidos coletivos de *Habeas Corpus*. Sugeriu que, diante do elevado volume, o ideal seria aumentar a quantidade de Defensores Públicos atuando em segunda instância. Por fim, ressaltou a importância da mudança legislativa para garantir o pagamento aos Oficiais que contribuíram durante o recesso forense. O Conselheiro Luis Gustavo relatou que, os plantões no recesso forense ocorreram bem, exceto o incidente do Fórum de Santos, que houve um pequeno alagamento, mas que havia sido resolvido pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação juntamente com a Coordenadoria Geral de Administração, que havia comparecido no dia seguinte visando reparar os danos. Mencionou que chegaram à Terceira Subdefensoria indagações de Defensores Públicos que atuavam em primeiro e segundo grau, com relação às atribuições sobre impetração de *habeas corpus*, que foram respondidas com base nas deliberações em vigor. Com relação ao apontamento feito pelo Ouvidor Geral, sobre a atuação dos Agentes do CAM, observou que, em alguns locais, a demanda para atuação dos agentes é pequena durante o recesso, porém em outras unidades foram extremamente atuantes, fazendo atendimentos, encaminhamentos, relatórios entre outras atividades. Com relação a previdência, a Representante da Apadep, Franciane Marques pediu para ser informada a respeito das decisões relativas ao pagamento dos valores atrasados referentes à previdência complementar, de modo que fosse possível informar aos Defensores Públicos associados. O Conselheiro Luiz Eduardo informou que a decisão anunciada pelo Defensor Geral satisfaz os Defensores Públicos dos últimos concursos, que serão enquadrados no regime antigo. No entanto, observou que o período de indefinição, fez com que alguns Defensores aderissem à SP-Prevcom, com a cláusula de que o contrato era irrevogável, nesse sentido, entendeu ser necessário refletir sobre o problema, mapeando os casos e tratando-os de forma individualizada. O Presidente informou que o primeiro passo foi o contato com

a SP-Prev, visando definir a forma de parcelamento dos valores, e considerou que certamente haverá um contato regular com a Associação, buscando a parceria inclusive para avaliação de cada caso individualmente sobre a adesão ao modelo novo ou antigo. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira agradeceu a participação da Apadep e do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos pela presença no evento Natal Solidário a população em situação de rua, em que foram realizados atendimentos jurídicos no Viaduto do Chá. Comentou que a Ouvidoria havia realizado dois atendimentos em conjunto de casos mais sensíveis, e relatou que tinha sido mais eficiente, sendo um no Fórum da Barra Funda e outro no atendimento no Prédio da Rua Boa Vista, nº 150. Relatou que esses casos são mais lentos e resultam em muitas reclamações na Ouvidoria e Corregedoria. Desta forma citou que a Corregedoria, a Assessoria Técnica Psicossocial e a equipe da Ouvidoria buscam conjuntamente um protocolo para solução destes casos. Solidarizou-se com a Unidade de São Vicente, que encontra problemas na sua estrutura, e elogiou o pronto atendimento prestado pela Terceira Subdefensoria. Mostrou a necessidade de encontrar uma solução para o caso, sem limitar o atendimento, diante da grande demanda. O Conselheiro Luis Eduardo informou que havia recebido uma mensagem do Coordenador da unidade informando os problemas. Explicou que o atraso na entrega da nova sede devido a problemas técnicos encontrados pela construtora ao longo da obra, mas houve a previsão de nova entrega até julho. Respondeu que a redução proposta pelos Defensores do local não foge da média de atendimentos, mas precisa ser avaliada com cautela para não criar uma distorção em relação ao atendimento à população. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira informou que, nesta semana, fez uma visita junto com o Condepe no Centro de Detenção Provisória da Vila Independência, e saíram de lá arrasados, pois a situação da saúde dos presos é grave. Relatou que são mais de dois mil e cem presidiários, mais de trezentos por ala e em cada cela mais de 60 presos. Mostrou a necessidade de que a Defensoria encontre uma forma de reverter essa realidade. O Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo indagou sobre a previsão de chegada das funcionais aos Defensores, que ainda não foram entregues. Mencionou a dificuldade dos Defensores que não possuem as funcionais de adentrarem nos Centros de Detenção Provisórias. O Presidente explicou que o processo de confecção das carteiras funcionais depende da burocracia da Casa da Moeda, mas relatou que a Coordenadoria Geral de Administração havia encaminhado um comunicado, desde setembro de 2014, para que todos os Defensores que ainda não possuem a funcional, emitam junto ao Departamento de Recursos Humanos uma carteira provisória. Observou que até o momento não houve relatos de problemas na utilização dos documentos provisórios. O Conselheiro Luiz Eduardo destacou a prática de educação em direitos pelos Defensores da Unidade de Rio Claro no presídio de Itirapina e os parabenizou pela iniciativa. O Terceiro Subdefensor, Luis Gustavo, destacou o trabalho do Defensor Público Vinicius da Paz de Rio Claro, que elaborou e planejou todo o atendimento móvel na unidade prisional de Itirapina. Considerou que o trabalho desenvolvido visa registrar a forma como acontecem as visitas de final de ano no presídio, especialmente à proibição da revista vexatória. O Ouvidor Geral, Alderon Costa relatou que em Osasco, na última quarta-feira, houve fim da entrega das senhas às 8h30 da manhã, em razão da ausência de recursos humanos. O Conselheiro Bruno Napolitano informou que verificaria o caso e conversaria com o Coordenador, e eventualmente tomaria alguma medida emergencial. Não havendo mais inscritos, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou para discussão as propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP nº 361/13 (Exceção a pauta). Interessados: Segunda e Terceira Subdefensorias Públicas Gerais. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator leu relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar a homologação do resultado final do concurso, relativo ao mês de dezembro de 2014. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o resultado final do mês de dezembro ao certame, a ser publicado oportunamente. CSDP nº 364/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2013). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselheiro Wagner Ribeiro leu o relatório e proferiu o voto do relator, no sentido de aprovar o relatório semestral do Núcleo

Especializado apresentado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito. CSDP nº 116/14. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2013). Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O relator leu relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado apresentado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Impedido o Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. CSDP nº 265/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2014). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado apresentado. O Presidente encaminhou para votação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. CSDP nº 273/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Final da Coordenação do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório da Coordenação do Núcleo Especializado, conforme apresentado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório final da Coordenação do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. CSDP nº 325/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a julho de 2014). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. A Corregedora-Geral Kathya Beja Romero leu o relatório e proferiu o voto do relator no sentido de aprovar o relatório semestral apresentado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório semestral do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Após deliberarem, o Ouvidor-Geral, Alderon Costa solicitou a publicação do relatório semestral de todos os Núcleos Especializados no portal da Defensoria, destacando a riqueza das informações contidas nos documentos, e considerou o trabalho fantástico. Parabenizou os relatores pelos relatórios, e sugeriu a divulgação dos votos. O Conselheiro Pedro Avellar também parabenizou os relatórios e sugeriu que fossem convidados os Coordenadores dos Núcleos para apreciarem a análise dos relatórios, de modo que possam, de forma resumida, prestar informações sobre as atividades desempenhadas no período. A Corregedora-Geral, Kathya Beja lembrou que após a sessão, os relatórios são inseridos nas áreas dos Núcleos no portal da instituição, porém lembrou que o acesso é restrito. Nesse sentido, concordou com o Ouvidor Geral sobre a riqueza dos relatórios e a necessidade de ampliar a divulgação. O Conselheiro Rafael Bessa lembrou que já houve pedido pelo Conselho para que os núcleos publicassem os relatórios sem restrição, para que todos da sociedade civil tenham conhecimento dos relatórios. Observou que, apenas o Núcleo de Habitação e Urbanismo, mantém o material acessível ao público e que os demais disponibilizam os documentos em área restrita. O Conselheiro Horácio Xavier relatou que quando ele atuava como Coordenador de Núcleo teve alguns processos impetrados no Conselho Superior e que compareceu nas sessões para acompanhamento, mas observou que nem sempre os processos eram votados. Sugeriu que fosse agendada uma sessão específica para análise dos relatórios, visando que os Coordenadores de Núcleos pudessem comparecer à votação. O Presidente sugeriu que os Coordenadores de Núcleo Especializado se informassem junto à Secretaria do Conselho Superior sobre a data em que seu respectivo relatório seria apreciado, de modo que os Coordenadores pudessem estar presentes à sessão de análise e, eventualmente, prestar algum esclarecimento. Com relação a disponibilização dos relatórios no

portal, informou que consultaria a Coordenadoria de Tecnologia da Informação, visando verificar a viabilidade técnica dessa divulgação. CSDP nº 114/14. Interessado: Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de Deliberação que concede afastamento, verba de representação e possibilita a nomeação de Defensor Público Assessor aos Conselheiros eleitos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Kathy Beja Romero. O Conselheiro Luis Gustavo leu o relatório e proferiu o voto vista no sentido de acompanhar o entendimento da relatora e do voto vista do Conselheiro Alexandre Orsi, no que tange a concessão de verba de representação aos Conselheiros eleitos e de designação de servidores administrativos para auxiliá-los. Com relação à proposta de designação de assessores aos Conselheiros eleitos, acompanhou o entendimento do Conselheiro Alexandre Orsi. Com relação a ampliação dos dias de afastamento dos Conselheiros, votou para que fossem estendidos para mais dois dias ao mês, e justificou que mais dias de afastamentos iriam impactar o atendimento nas unidades. Informou que em seu voto aventava a possibilidade dos Conselheiros eleitos solicitarem justificadamente outros afastamentos. Após, o Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Pedro Avellar acompanhou o posicionamento da relatoria no que tange a impossibilidade de aferir verba de representação aos Conselheiros Eleitos. Concordou com o voto vista do Conselheiro Luis Gustavo pela fixação de mais dois afastamentos mensais, mas discordou no restante, pois defendeu que houvesse a criação de uma assessoria composta por membros da carreira, de modo que auxiliasse o Colegiado na elaboração das redações das deliberações. Avaliou que, caso não houvesse a possibilidade da designação neste momento, que ela ocorresse na próxima distribuição de cargos. O Conselheiro Luis Gustavo explicou que não foi essa a proposta encaminhada, e apontou que a proposta é para que cada Conselheiro Eleito tenha um Defensor Assessor, com afastamento integral. Observou que o regimento interno já contempla casos específicos em que os Conselheiros podem se valer de auxílio técnico e pareceres de outros Defensores Públicos. O Conselheiro Pedro Avellar sugeriu que a ampliação dos dias de afastamento dos Conselheiros Eleitos pudesse ser implementada imediatamente. O Conselheiro Luis Gustavo ponderou que, caso a decisão fosse tomada agora, algumas unidades que contam com Defensores Públicos no Conselho seriam surpreendidas, sem que houvesse um planejamento. Nesse sentido, sugeriu que os Conselheiros fizessem requisições para afastamentos pontuais, de modo que houvesse a compatibilização do trabalho do Conselho Superior e a atividade fim. O Conselheiro Alexandre Orsi acompanhou o entendimento do Conselheiro Luis Gustavo, pois há a possibilidade de afastamentos pontuais, contudo, na próxima gestão, haverá maior independência dos Conselheiros eleitos em gozar do afastamento sem a necessidade de solicitar ao Presidente. Sugeriu que os conselheiros usassem do bom senso na utilização dos afastamentos, não utilizando desnecessariamente todos os afastamentos a que têm direito. Após, avaliou que a medida de dois afastamentos mensais seria a melhor alternativa, e se propôs a mudar o voto caso fosse necessário. O Ouvidor-Geral, Alderon Costa mostrou preocupação com a saída dos Defensores da atividade fim, nesse momento, diante da elevada demanda da instituição. Mostrou a necessidade de que a Administração Superior deveria se profissionalizar com técnicos especialistas nas áreas de Tecnologia da Informação, Coordenadoria Geral e Comunicação, e não por Defensores Públicos, que deveriam estar alocados na atividade fim. O Conselheiro Wagner Ribeiro apontou que pela forma que a proposta foi apresentada não teria muito sentido, porque os assessores seriam afastados integralmente, enquanto os Conselheiros não. Dessa forma, avaliou que o Assessor teria uma função mais importante do que o Conselheiro Eleito. O Conselheiro Horácio Xavier ressaltou a importância dos afastamentos dos Conselheiros eleitos, visto que o Conselho Superior tem função com enorme impacto na atividade fim. Com relação a vinda de mais servidores para o Conselho Superior, o Presidente indagou a Secretária do Conselho Superior sobre a necessidade da vinda de novos servidores para o órgão, e a mesma lembrou que a vinda de Servidores para a Secretaria do Conselho fortaleceu a execução das tarefas, tendo ainda a previsão de mais dois agentes para serem providos, e que não necessita de mais servidores no momento. Após as discussões, o Presidente encaminhou para votação, sendo deliberado da seguinte forma: O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, negar o pagamento da verba de representação aos Conselheiros, rejeitar a destinação de Defensor Público Assessor dos Conselheiros Eleitos, e rejeitar a destinação de um cargo de servidor para cada Conselheiro, na sua respectiva unidade. Deliberou

ainda, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Alexandre Orsi Neto, aprovar a proposta de afastamento parcial das atribuições ordinárias dos Conselheiros, vencida a relatora, que votava contrariamente. Deliberaram, nesse ponto, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, acolher a proposta de dois afastamentos mensais aos Conselheiros Eleitos, além dos afastamentos para as sessões, vencidos os Conselheiros Alexandre Orsi Neto e Luiz Eduardo de Toledo Coelho, que votavam pela quantidade de quatro afastamentos mensais, vencido também o Conselheiro Pedro Avellar, que votava pela quantidade de um afastamento mensal, e a relatora, que votava contrariamente a proposta. Deliberou também, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Alexandre Orsi Neto, aplicar à próxima gestão a vigência do afastamento, vencido os Conselheiros Pedro Antonio de Avellar, Horácio Xavier Franco Netto e Luiz Eduardo de Toledo Coelho, que votavam pela aplicação imediata do afastamento, e vencida também a relatora, que votada por fundamento diverso. Deliberou por fim, aprovar a Deliberação CSDP nº 311, de 09 de janeiro de 2015, a ser publicada oportunamente. CGDP CAEP nº 005/13. Interessado/a: Alline Delbem. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o segundo relatório semestral do interessado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 081/13. Interessado/a: Nalida Coelho Monte. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o segundo relatório semestral do interessado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 088/13. Interessado/a: Priscila Domiciano da Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o segundo relatório semestral da interessada. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 051/13. Interessado/a: Hellen Cristina Lago Ramos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator pediu prorrogação do processo, em razão da ausência física dos autos na sessão ordinária. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 033/13. Interessado/a: Diogo Almeida Lopes. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O relator pediu prorrogação do processo, em razão da ausência física dos autos na sessão ordinária. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 085/13. Interessado/a: Paulo Ricardo Divitiis Filho. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o segundo relatório semestral do interessado. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 14h, sendo prorrogados os demais processos da ordem do dia. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 112/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o limite de afastamento em funções e cargos de confiança. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada:

Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o artigo 151 da Lei Complementar nº 988/06. (que trata do afastamento de Defensores Públicos para frequentar curso de pós-graduação ou empreender pesquisa, bem como estabelece a política de retribuição institucional pelo investimento). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 224/14. Interessada: Comissão Eleitoral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 242/12 (que disciplina o processo de eleição do Defensor Público-Geral e dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08 (que regulamenta a realização de atividade docente e discente por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 253/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado Assunto: Correição Extraordinária, após deliberação do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 269/14. Interessada: APADEP. Assunto: Pedido de afastamento de Defensores Públicos para atividade associativa. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior

DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 286/14. Interessados: Defensores Públicos da Unidade Jabaquara. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 21/06 (que cria as Defensorias Públicas Regionais da Capital e de sua Região Metropolitana). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 314/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentar o julgamento virtual de processos administrativos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 326/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação dos servidores nos plantões judiciais. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 338/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional Marília. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a indenização de férias dos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 13h56min. Eu, Carlos Takita Mizukai, Oficial de Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos nove dias do mês de janeiro do ano de 2015.

Rafael Valle Vernaschi  
Presidente

Kathya Beja Romero  
Corregedora-Geral



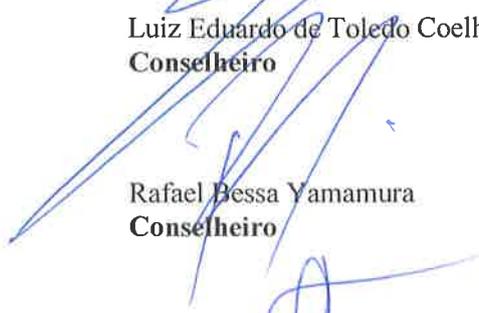
Bruno Diaz Napolitano  
**2º Subdefensor Público-Geral**



Alexandre Orsi Netto  
**Conselheiro**



Luiz Eduardo de Toledo Coelho  
**Conselheiro**



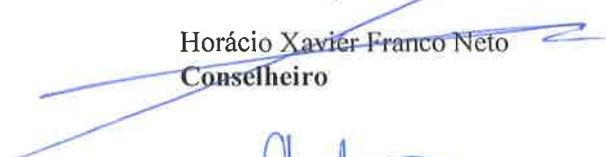
Rafael Bessa Yamamura  
**Conselheiro**



Franciane de Fatima Marques  
**Representante da Apadep**



Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva  
**3º Subdefensor Público-Geral**



Horácio Xavier Franco Neto  
**Conselheiro**



Pedro Antonio de Avellar  
**Conselheiro**



Wagner Ribeiro de Oliveira  
**Conselheiro**



Alderon Pereira da Costa  
**Ouvidor-Geral**